



Governo abre caminho a financiamento por aluno

Cheque-ensino. Nuno Crato admitiu ontem subsidiar os privados "por aluno" e não só por turma. Associação do particular aplaude, Fenprof fala em "assassínio" da escola pública

PEDRO SOUSA TAVARES

O Conselho de Ministros aprovou a revisão do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, que se mantinha inalterado desde 1980, abrindo caminho para uma aproximação ao "cheque ensino" defendido pelos privados ou, pelo menos, a um reforço de verbas para este sector.

Apesar de se tratar de um diploma que terá ainda de ser regulamentado - nunca produzindo efeitos antes do ano letivo 2014/15 -, o ministro da Educação, Nuno Crato, deixou indicações nesse sentido, lembrando o conceito de "livre escolha" do estabelecimento de ensino pelas famílias, inscrito no programa de Governo, e defendendo a necessidade de o financiamento estatal das instituições privadas não se fazer apenas "por turmas" mas "também por alunos".

Além dos contratos de associação, em que os colégios são financiados diretamente, através de um valor anual por turma, existem já os contratos simples, que podem ser comparados a "cheques-ensino" na medida em que são um apoio direto aos estudantes. No entanto, além de se limitarem a alunos carenciados, estes contratos não são ampliados desde a década de 1990, o que implica que, na prática, é muito restrito o grupo de escolas por onde escolher.

Assim, o diploma e as palavras de Nuno Crato foram bem recebidos pela Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP): "Além desta modernização do estatuto, há vontade política de se aprofundar este mecanismo de liberdade de escolha das famílias, não sendo o que era: um mecanismo de ação social", disse ao DN Rodrigo Queirós e Melo, secretário-geral da AEEP.

Defendendo a importância de a nova lei falar "num apoio à família e não à escola", o responsável da AEEP não escondeu a pretensão de ver esse apoio generalizado: "Quem tem os filhos no particular, acaba por pagar a escola duas vezes, porque também paga a estatal com os impostos", disse. No entanto admitiu que, nas circunstâncias atuais, "existe a noção que, não sendo um instrumento assistencial, o apoio vai começar preferencialmente pelos que mais precisam. Pode ser um cheque-ensino mas não será ainda generalizado".

Já para a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que acusou o Governo de protagonizar



O anterior Governo reduziu verbas para o privado e chegaram a haver protestos

"um golpe violento contra a escola pública", não restam dúvidas de que a meta é "privatizar" o ensino.

E a forma de a concretizar, acusa, será pela "eliminação de requisitos atualmente em vigor para a criação e funcionamento de escolas privadas e para o seu financiamento público". Princípios como não concorrência com o Estado.

Os críticos da "liberdade de escolha" consideram que esta vai

criar fossos entre escolas e alunos de primeira e de segunda. Rodrigo Queirós e Melo contesta, defendendo que "hoje é que os alunos pobres não têm acesso às melhores escolas" e considerando que a concorrência levará a uma "melhoria geral", através da eliminação e substituição das piores escolas.

Mas Paulo Guinote, professor e autor do Blogue a Educação do meu Umbigo confessou descon-

fiar dessa previsão: "A Suécia, que generalizou a "livre escolha", assistiu a uma subida de qualidade das melhores escolas e ao afundamento das outras, que perderam dinheiro e os melhores alunos. Mas estas não desapareceram, porque em qualquer lista há os últimos. E recentemente a média de resultados do País tem vindo a descer".

Guinote até admitiria a criação de um cheque-ensino, mas defendeu que este, "para ser equitativo, não poderia ser igual para todos, tendo de refletir os rendimentos das famílias".

Governo lembra que o seu programa previa a "livre escolha"

Cortes adicionais no ensino superior à vista

ORÇAMENTO Para além da redução de 1,4% já comunicada às instituições, secretário de Estado admite que pode haver "imponderáveis"

O secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes, admitiu ontem, à agência Lusa, que as transferências de dinheiro para universidades e politécnicos podem vir a ter mais cortes do que os previstos. O governante falava, na Covilhã, à margem da tomada de posse do novo reitor da Universidade da Beira Interior (UBI), António Fidalgo.

José Ferreira Gomes explicou que a verba inscrita na proposta de Orçamento do Estado para 2014, e "já comunicada às instituições", prevê "uma redução de 1,4% de transferências", mas adiantou que "é preciso contar com os imponderáveis".

"O Governo tinha feito um certo plano que, como se sabe, foi alterado pela decisão [anterior] do Tribunal Constitucional, o que respeitamos. Agora [o Governo] vai ter de refazer os planos, e o país, em todas as áreas, terá de fazer sacrifícios", justificou.

José Ferreira Gomes acrescentou ainda que "o ensino superior

terá de ser um pouco mais magro do que era no passado".

Mais magro, ressaltou, "nos recursos financeiros e nos recursos humanos", mas não na qualidade. "As instituições têm de se adaptar, mas estou convicto de que é possível fazê-lo e manter, ou até melhorar, a qualidade do ensino prestado", afirmou.

Organizar as "instituições de uma forma um "bocadinho diferente" é uma das soluções apontadas pelo secretário de Estado.

Questionado sobre se essa organização passa pelo encerramento ou agregação de algumas instituições de ensino - como por exem-

PRIVADO APOIADO

O QUE MUDA

► Para já apenas muda o Estatuto do Particular e Cooperativo, que terá de ser regulamentado nas suas várias facetas. Mas passa a ser assumido o conceito do financiamento "às famílias", sendo que o ministro defendeu ontem que, além dos apoios por "turma" do privado, também se terá de trabalhar no apoio "por aluno".

'CHEQUE-ENSINO'

► A expressão designa um tipo de financiamento estatal em que, em vez de apoiar diretamente as escolas públicas ou privadas, o Estado entrega às famílias um valor equivalente ao custo do aluno para a escola pública, dando-lhes o direito de optar, entregando o valor à escola pretendida. Para já, não estará em cima da mesa a generalização desta medida, podendo centrar-se apenas nos alunos carenciados.

CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO

► A forma de financiamento público do ensino privado mais difundida são os contratos de associação. O Estado financia turmas completas destas escolas (o valor anual por turma ronda os 85 mil euros), que são frequentadas gratuitamente pelos estudantes. O modelo nasceu na década de 1980 para assegurar a oferta educativa em áreas onde a rede pública era deficitária.

CONTRATOS SIMPLES

► Semelhantes ao conceito do "cheque ensino", porque o financiamento é por aluno, mas só para alunos muito carenciados e num lote restrito de escolas.

ESCOLAS PROFISSIONAIS

► Oferecem cursos vocacionais (3.º ciclo) e profissionais (secundário), tendo um modelo de financiamento semelhante aos contratos de associação mas com valores mais modestos.

plo, o caso do eixo Guarda, Covilhã e Castelo Branco, onde há dois politécnicos e uma universidade -, o secretário de Estado disse não saber qual será a decisão, mas admitiu que "O país não tem dinheiro para ter uma universidade em cada cidade".

A Reorganização da Rede de Ensino Superior também foi abordada no discurso de tomada de posse do novo reitor da UBI. E, sem defender uma proposta específica, António Fidalgo deu como exemplo o facto de a Faculdade de Medicina já ter como base os hospitais das três cidades e referiu que "é possível ir mais longe". LUSA